



Guia do Formador

Curso curto 2: Financiamento dos setores público e privado para a adaptação às mudanças climáticas

Índice

Visão geral	3
Porquê este curso?	3
O que é que se vai conseguir com este curso?	3
Quem é que deve frequentar este curso?	4
Qual é a duração do curso?	4
O que encontrar neste curso e onde?	4
Estrutura do guia do formador	4
Modalidades de realização dos cursos	5
1. Conferências plenárias	5
2. Exercícios	5
3. Trabalho em grupo	5
SESSÃO UM: INTEGRAÇÃO DO FINANCIAMENTO DA ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO ORÇAMENTO PÚBLICO - INSTRUMENTOS E ABORDAGENS	6
Objetivos de aprendizagem	6
Abordagem da sessão	6
Tempo	7
Orientações sobre a utilização de diapositivos	7
SEGUNDA SESSÃO - VÁRIOS ESQUEMAS DE CONVERSÃO DA DÍVIDA-POR-CLIMA	9
Introdução	9
Objetivos de aprendizagem	9
Abordagem da sessão	9
Tempo	10
Orientações sobre a utilização de diapositivos:	10
Exercício prático	13
SESSÃO TRÊS - FINANCIAMENTO PRIVADO DA ADAPTAÇÃO	14
Introdução	14
Objetivos de aprendizagem	14
Abordagem pedagógica da sessão	14
Tempo	15
Orientações sobre a utilização de diapositivos	15
Exercício prático	17
SESSÃO QUATRO - MECANISMOS DO MERCADO DO CARBONO PARA O FINANCIAMENTO DA ADAPTAÇÃO	18
Introdução	18
Objetivos de aprendizagem	19
Abordagem pedagógica da sessão	19
Tempo	19
Orientações sobre a utilização de diapositivos	19
Exercício prático	21
SESSÃO CINCO - FINANCIAMENTO DE ACÇÕES SUBNACIONAIS DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	22
Introdução e justificação	22
Objetivos de aprendizagem	23
Abordagem pedagógica da sessão	23
Tempo	23
Orientações sobre a utilização de diapositivos	23
Exercício prático	24

Visão geral

Este guia do formador apresenta o curso, fornece contexto para o material deste curso e enfatiza pontos-chave específicos relacionados com a explicação e o ensino do conteúdo.

O guia do formador também explica como os módulos do curso foram estruturados, como estes módulos contribuem para os objetivos gerais do curso e como este curso deve ser ministrado no contexto do reforço das capacidades em matéria de financiamento do clima para funcionários governamentais e outros peritos que possam beneficiar do material oferecido neste curso.



Porquê este curso ?

O *Financiamento do Setor Público e Privado para a Adaptação às Mudanças Climáticas* complementa o Curso 1, fornecendo uma análise detalhada do financiamento do setor público e privado que vai muito além dos esquemas multilaterais do GEF, GCF, AF, etc., que são detalhados no Curso 1.

O curso é extremamente valioso por várias razões. Em primeiro lugar, os impactos das mudanças climáticas já se fazem sentir nos países menos avançados e, embora a necessidade de estratégias de adaptação seja cada vez mais urgente, os setores público e privado têm ambos um papel crucial a desempenhar no financiamento dessas estratégias. Em segundo lugar, os recursos públicos, por si só, não são suficientes para cobrir os enormes custos da adaptação. O investimento do setor privado é essencial para colmatar o défice de financiamento e garantir recursos suficientes para os projetos de adaptação. Em terceiro lugar, este curso ajuda a dotar os participantes de conhecimentos sobre os vários mecanismos de financiamento disponíveis para a adaptação às mudanças climáticas. Isto inclui fontes de financiamento público, como subvenções e mecanismos conversão de dívida-por-clima, bem como oportunidades de investimento do setor privado, como o financiamento misto, o financiamento privado da adaptação e os mecanismos de mercado.

O que é que se pretende com este curso ?

- 1. Adquirir uma compreensão abrangente dos vários mecanismos de financiamento dos sectores público e privado para a adaptação às alterações climáticas. Isto pode incluir subvenções, empréstimos concessionais, financiamento misto, obrigações verdes e investimentos de impacto**
- 2. Compreender o ambiente político e regulamentar que influencia os investimentos dos sectores público e privado na adaptação.**
- 3. Desenvolver conhecimentos sobre a forma como os sectores público e privado podem colaborar para desenvolver soluções de financiamento inovadoras e aprender estratégias para envolver diversas partes interessadas, incluindo governos, empresas, comunidades e ONG, nos processos de financiamento da adaptação**

Quem é que deve frequentar este curso ?

Este curso destina-se a agências e organizações governamentais e não governamentais, bem como a funcionários envolvidos na mobilização de recursos para a ação climática a nível nacional e subnacional, estratégias de financiamento do clima e sua implementação.

Qual é a duração do curso ?

O tempo total necessário para completar o curso é estimado em **três (3) horas**. Este curso está dividido em 5 secções e pode ser ministrado em várias sessões e não de uma só vez. Este curso será ministrado como um dos cinco cursos de curta duração a serem concluídos sobre o financiamento da adaptação climática.

O que encontrar neste curso e onde?

O conteúdo do curso *Financiamento do Setor Público e Privado para a Adaptação às Mudanças Climáticas* responde aos objetivos e resultados do curso apresentados acima. O curso é composto por quatro sessões:

Sessão 1: Integração do financiamento da adaptação às mudanças climáticas no orçamento público - ferramentas e abordagens

Sessão 2: Vários regimes de conversão da dívida -por-clima

Sessão 3: Financiamento privado da adaptação

Sessão 4: Mecanismos do Mercado de Carbono para o Financiamento da Adaptação Sessão 5: Adaptação Subnacional ao Clima

Estrutura do guia do formador

Para o guia do formador, cada uma das cinco sessões é composta pelo seguinte

- **Introdução** que fornece uma visão geral da sessão e dos seus objetivos.
- **Objetivos de aprendizagem** para a sessão, indicando o que o participante pode esperar aprender na sessão.
- **Cronograma:** discriminação das atividades específicas e tempo atribuído a cada uma delas na sessão.
- **As orientações sobre a utilização de diapositivos** fornecem informações que são necessárias ao objetivos para decifrar as mensagens dos diapositivos, bem como uma indicação sobre quais os diapositivos que podem necessitar de atenção ou de acções específicas a tomar durante os compromissos.
- **Exercícios:** esta secção indica o tipo de exercícios a realizar na sessão e as possíveis respostas, bem como indicações sobre o local onde podem ser colocados durante a sessão.

Modalidades de curso entrega

Este curso utiliza uma diversidade de métodos, incluindo palestras (PowerPoint e participação informal) e sessões participativas (por exemplo, trabalho de grupo, trabalho de pares e discussões, brainstorming e exercícios).

1. Palestras em plenária

As sessões plenárias são concebidas para serem estruturadas em torno da apresentação em PowerPoint, que por sua vez é estruturada em torno do livro de exercícios do curso. Durante as palestras, o formador deve incentivar a participação ativa e o debate em torno dos conceitos e tópicos introduzidos, e é encorajado a suscitar o debate e a colocar questões. Para além de apresentar o conteúdo do curso, as sessões plenárias destinam-se a incentivar os participantes a debater conceitos e questões de forma alargada, como precursor de quaisquer apresentações que sejam feitas.

2. Exercícios

Os exercícios são concebidos para suscitar a participação em trabalhos de pequenos grupos ou em pares, bem como momentos de reflexão individual, que servem para desvendar conceitos-chave. Nalguns casos, os exercícios serão perguntas, noutros casos serão questões de discussão para exploração que dão uma ideia do nível de compreensão obtido na sessão. Para além de orientar os participantes através dos exercícios, o formador deve também ser capaz de abordar quaisquer equívocos e mal-entendidos sobre os conceitos.

3. Trabalho de grupo

Os trabalhos de grupo durante as sessões são concebidos para encorajar uma exploração e investigação mais profundas sobre as áreas de interesse que surgem do formador. O trabalho de grupo deve ser concebido para permitir um ambiente de pensamento crítico, bem como a partilha de lições de diferentes contextos.

Sessões

SESSÃO UM: INTEGRAÇÃO DO FINANCIAMENTO DA ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA NO ORÇAMENTO PÚBLICO - FERRAMENTAS E ABORDAGENS

Diapositivos 5-18 do PowerPoint e páginas 9-20 do caderno de exercícios

Nota: Recomenda-se que o formador reveja as páginas relevantes do livro de exercícios antes de conduzir a sessão de formação.

Introdução

Esta primeira sessão centra-se no financiamento público da adaptação às mudanças climáticas. Apresenta os mecanismos através dos quais os intervenientes públicos, em especial o governo (nacional e subnacional), através do processo orçamental, podem investir no reforço da resiliência dos sistemas naturais e humanos mais vulneráveis às mudanças climáticas e, ao fazê-lo, fazer face aos impactos diretos e indirectos das mudanças climáticas nos meios de subsistência e em setores socioeconómicos importantes.

Esta primeira sessão do curso 2 requer o conhecimento dos conceitos relacionados com os orçamentos públicos, a gestão das finanças públicas e a gestão das finanças públicas sensível ao clima, nomeadamente através da integração das mudanças climáticas nos processos orçamentais e da Marcação Orçamental para o Clima (MOC).

Aprendizagem objetivos

O objetivo de aprendizagem da integração do financiamento da adaptação às mudanças climáticas no orçamento público é dotar os participantes dos conhecimentos, competências e estratégias necessários para integrar eficazmente as considerações relativas à adaptação às mudanças climáticas nos sistemas de gestão das finanças públicas nacionais e subnacionais. Este processo envolve a compreensão dos princípios, metodologias e ferramentas necessárias para alinhar os orçamentos públicos com os objetivos de adaptação climática, assegurando que os recursos financeiros são atribuídos e utilizados de forma a aumentar a resiliência das comunidades, economias e ecossistemas aos impactos das mudanças climáticas.

Sessão abordagem

A sessão recorrerá, em grande medida, a apresentações em PowerPoint para explicar os conceitos e as ferramentas e abordagens existentes para integrar o financiamento da adaptação às mudanças climáticas nos sistemas de orçamentação pública.

Os estudos de caso dos PMA são referências e partilhados com os participantes para orientar as suas reflexões, processos e adoção das melhores práticas.

Cronograma

Apresentação em PowerPoint: 30 minutos

Discussão em plenário: 15 minutos

Exercício prático (*facultativo*): 60 minutos

Orientações sobre a utilização de diapositivos

O material de recurso para estes diapositivos pode ser encontrado na versão do livro de exercícios do curso. Esta informação destina-se a ajudar o objetivo a desenvolver as mensagens dos diapositivos. Em seguida, são incluídas breves explicações dos principais pontos de discussão (mensagens para levar para casa) de alguns diapositivos; estes são os diapositivos para os quais é necessária mais explicação.

Diapositivo 7: Recomenda-se ao formador que explique aos participantes porque é que o orçamento é um instrumento importante no financiamento da adaptação às mudanças climáticas no contexto dos países menos desenvolvidos. De facto, o orçamento é a pedra angular de uma adaptação climática eficaz nos Países Menos Avançados (PMA). É o mecanismo que traduz os compromissos políticos em acções tangíveis.

Os orçamentos determinam para onde são direcionados os recursos limitados. Ao dar prioridade aos projetos de adaptação às mudanças climáticas, os PMD podem atribuir fundos às necessidades mais prementes, como os sistemas de alerta precoce, a preparação para catástrofes e a agricultura sustentável. Assim, uma orçamentação eficaz garante que os fundos são utilizados de forma otimizada, evitando o desperdício e maximizando o impacto.

Diapositivo 10: A integração da adaptação às mudanças climáticas nos processos de orçamentação garante que os recursos financeiros são atribuídos eficazmente para aumentar a resiliência contra os impactos climáticos. Este diapositivo apresenta as principais considerações para a integração da adaptação climática nos processos orçamentais. A integração da adaptação climática nos processos orçamentais envolve a integração de considerações climáticas no planeamento financeiro regular e na tomada de decisões. Eis os principais pontos de entrada:

Em primeiro lugar, na fase de formulação do orçamento, incorporar os riscos e vulnerabilidades das mudanças climáticas no processo de formulação do orçamento, afetar recursos a projetos e programas resistentes ao clima e considerar os custos e benefícios a longo prazo das medidas de adaptação ao clima.

Em segundo lugar, na afetação orçamental, distribuir os fundos entre setores para fazer face aos impactos das mudanças climáticas, como a agricultura, a água, a saúde e as infra-estruturas, criar rubricas orçamentais específicas para iniciativas de adaptação às mudanças climáticas e permitir a reafetação de fundos em resposta à alteração das condições climáticas.

Em terceiro lugar, na execução e acompanhamento do orçamento, desenvolver indicadores para acompanhar os progressos dos projetos de adaptação às mudanças climáticas, avaliar regularmente o impacto das mudanças climáticas na execução do orçamento e acompanhar as despesas relacionadas com o clima para garantir uma utilização eficiente dos recursos.

Diapositivos 11 e 12: A Marcação Orçamental para o Clima (MOC) é uma nova ferramenta e necessita de uma explicação mais aprofundada para os participantes. Trata-se de uma ferramenta de gestão financeira utilizada pelos governos para acompanhar e monitorizar as despesas relacionadas com o clima nos seus orçamentos nacionais. Trata-se essencialmente de identificar, classificar e comunicar as despesas públicas que contribuem para a mitigação das mudanças climáticas (redução das emissões de gases com efeito de estufa) e para a adaptação (reforço da resistência aos impactos climáticos). O relatório "*Climate Change Budget Tagging: a Review of International Experiences*" é provavelmente um recurso valioso para compreender o estado atual da MOC em todo o mundo. Na lista global da evolução da Marcação Orçamental para o Clima 2011-2021 apresentada no **Diapositivo 12**, destacar os estudos de caso dos países PMA.

Diapositivo 18: Nos estudos de caso sobre a integração da adaptação às mudanças climáticas nos sistemas orçamentais, explicar aos participantes as lições aprendidas com o contexto, a implementação e os resultados de cada um dos estudos de caso e como podem aprender com esses estudos de caso.

SESSÃO 2 - VÁRIOS ESQUEMAS DE CONVERSÃO DA DÍVIDA-POR-CLIMA

Diapositivos 19-26 do PowerPoint e páginas 21-27 do caderno de exercícios

Nota: Recomenda-se que o formador reveja as páginas relevantes do livro de exercícios antes de conduzir a sessão de formação.

Introdução

As conversões da dívida-por-natureza (DPN) desenvolvidas na década de 1980 fornecem um quadro para novos mecanismos de conversão da dívida relacionados com as mudanças climáticas. Estes incluem a Conversão da Dívida-or-clima (DPC) e a Conversão da Dívida-por-adaptação (DPA). Trata-se de novos conceitos em matéria de mecanismos de financiamento da ação climática e, de um modo geral, existe um baixo nível de compreensão da forma como estas conversões podem ser desenvolvidas e executadas. As conversões da dívida-por-clima são acordos financeiros através dos quais uma parte da dívida externa de um país em desenvolvimento é perdoada em troca de compromissos de investimento em iniciativas de mitigação e adaptação relacionadas com o clima. Este conceito baseia-se nas trocas de dívida por natureza que surgiram no final da década de 1980.

O conceito de conversão de dívida-por-natureza começou em 1987 com um acordo entre a Bolívia e a Conservation International. A Bolívia concordou em conservar uma parte da sua floresta tropical em troca de uma redução da dívida.

Estas conversões tinham como objetivo aliviar o peso da dívida dos países em desenvolvimento, promovendo simultaneamente a conservação do ambiente.

O sucesso das conversões da dívida em favor da natureza inspirou aplicações mais alargadas, incluindo iniciativas relacionadas com o clima. O quadro para as conversões da dívida em favor do clima surgiu como uma forma de enfrentar os desafios ambientais e económicos. As primeiras discussões e propostas centraram-se na associação do alívio da dívida a investimentos em energias renováveis, reflorestação e outros projetos de mitigação/adaptação às mudanças climáticas.

Aprendizagem objetivos

O objetivo de aprendizagem desta sessão sobre os regimes de conversão da dívida em favor das mudanças climáticas visa dotar os participantes dos conhecimentos e competências necessários para compreender, conceber, negociar, implementar e monitorizar eficazmente os acordos de conversão da dívida em favor da adaptação.

Sessão abordagem

Esta sessão começará com um relato sobre a história do tradicional acordo entre o Mecanismos de Financiamento da Dívida e a Dívida-por-natureza. Depois de ter sido apresentada a contribuição das conversões de DPC para o Acordo de Paris.

O formador centrará a apresentação da sessão nos estudos de caso e nos desafios à conceção e implementação de conversões DPC.

Cronograma

Apresentação em PowerPoint: 30 minutos

Discussão em plenário: 15 minutos

Exercício prático (*facultativo*): 60 minutos

Orientações sobre a utilização de diapositivos:

O material de apoio para estes diapositivos encontra-se na versão do livro de exercícios do curso curto 2.

Diapositivo 21: Um mecanismo de dívida tradicional é um acordo financeiro em que um mutuante fornece fundos a um mutuário em troca de uma promessa de reembolso com juros. Trata-se de uma transação financeira normalizada utilizada por governos, empresas e particulares. As principais características deste mecanismo tradicional incluem:

- O credor fornece fundos
- O mutuário promete o reembolso com juros
- Transação financeira normal

Um acordo de dívida-por-natureza é um mecanismo financeiro em que uma parte da dívida externa de um país em desenvolvimento é perdoada ou recomprada em troca do compromisso do país de tomar medidas de proteção ambiental. Trata-se de um instrumento destinado a aliviar o peso da dívida, promovendo simultaneamente a conservação. As principais características desta nova facilidade incluem:

- Redução ou recompra da dívida
- Compromisso com a proteção do ambiente
- Foco nos países em desenvolvimento

O quadro seguinte resume as principais diferenças entre a facilidade de crédito tradicional e o acordo de dívida-por-natureza.

Caraterística	Mecanismo de dívida tradicional	Acordo de dívida por natureza
Objetivo	Disponibilizar fundos para o desenvolvimento económico	Reduzir o peso da dívida e promover a proteção do ambiente
Partes envolvidas	Mutuante e mutuário	Mutuante, mutuário e organização ambiental
Resultado	Reembolso da dívida com juros	Redução da dívida e conservação do ambiente

Essencialmente, um mecanismo de dívida tradicional é uma transação financeira simples, enquanto um acordo "dívida-por-natureza" é um acordo mais complexo que associa a redução da dívida a ações ambientais. Este último é uma abordagem relativamente recente que procura resolver simultaneamente os desafios económicos e ambientais.

Diapositivo 22: As conversões da dívida-por-clima (DPC) constituem um mecanismo promissor para contribuir para os objetivos do Acordo de Paris. Ao reafetar recursos financeiros do serviço da dívida para a ação climática, os DPC podem ajudar os países em desenvolvimento:

<p>Aumentar a ambição climática</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Libertação de espaço orçamental: Ao reduzir o peso da dívida, os DFC permitem que os países invistam mais em projetos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. ● Apoio Contribuições Nacionalmente Determinadas (CND): Os fundos libertados podem ser direcionados para a consecução de objetivos climáticos mais ambiciosos definidos nos CND.
<p>Acelerar a ação climática</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Financiamento de projetos climáticos: As DFC podem fornecer financiamento direto para iniciativas relacionadas com o clima, como as energias renováveis, a agricultura sustentável e a recuperação de ecossistemas. ● Alavancar recursos adicionais: Estas trocas podem atrair mais investimentos privados e públicos para a ação climática.
<p>Criar resiliência climática</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Investir na adaptação: As DPC podem apoiar projetos que aumentem a resiliência aos impactos climáticos, tais como sistemas de alerta precoce, preparação para catástrofes e infra-estruturas sustentáveis. ● Proteção das comunidades vulneráveis: Ao reduzir os encargos da dívida, os países podem proteger melhor as populações vulneráveis dos riscos relacionados com o clima.
<p>Promover o Desenvolvimento sustentável</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Equilíbrio entre os objetivos económicos e ambientais: As DPC podem contribuir para o desenvolvimento sustentável, respondendo tanto aos desafios da dívida como às mudanças climáticas. ● Criação de empregos verdes: Os investimentos na ação climática podem gerar oportunidades de emprego e estimular o crescimento económico.

Reforço da Cooperação internacional	<ul style="list-style-type: none"> ● Demonstração de solidariedade: as conversões DPC podem assinalar um compromisso de cooperação global em matéria de mudanças climáticas. ● Incentivar a redução da dívida: Estas conversões podem promover debates mais alargados sobre a sustentabilidade da dívida e a redução da dívida dos países em desenvolvimento.
--	---

Ao alinhar o alívio da dívida com a ação climática, as DPC podem ser um instrumento valioso para apoiar a aplicação do Acordo de Paris e construir um futuro mais sustentável.

Diapositivo 24: As conversões dívida-por-adaptação (DPA) oferecem uma oportunidade única para os países menos avançados (PMA) resolverem tanto os problemas da dívida como as vulnerabilidades às mudanças climáticas. Ao converterem uma parte da sua dívida externa em fundos para projetos de adaptação às mudanças climáticas, os PMA podem obter vários resultados positivos. As DPA podem ajudar os PMA a aceder a novas fontes de financiamento climático e a reforçar as capacidades de acesso e gestão desses fundos, bem como a implementar projetos de adaptação e a reforçar a governação e a capacidade institucional em domínios relacionados com o clima. Podem também servir de instrumento para mobilizar o investimento do setor privado e criar oportunidades de parcerias público-privadas para financiar e executar projetos de adaptação. De um modo geral, as conversões de dívida-por-adaptação têm potencial para dar um contributo significativo para a adaptação às mudanças climáticas nos PMA, fornecendo recursos financeiros essenciais, reforçando a resiliência e promovendo o desenvolvimento sustentável.

Diapositivo 25: Recomenda-se ao formador que não limite os estudos de caso aos das Seychelles (2018) e do Belize (2021) apresentados nos diapositivos. Deve ser realizada uma rápida revisão da literatura no momento da apresentação do curso, para considerar estudos de caso emergentes e melhores práticas a serem partilhadas com os participantes.

Diapositivo 26: Embora as conversões de dívida-por-clima constituam uma via promissora para os PMA enfrentarem as mudanças climáticas, há vários desafios que impedem a sua aplicação efectiva. Em primeiro lugar, uma parte significativa da dívida dos PMA é devida a credores privados, o que dificulta a negociação de conversões. Assim, os critérios rigorosos de elegibilidade para os DPC podem excluir muitos PMA. Em segundo lugar, o montante do alívio da dívida gerado através do *DFCS* pode ser insuficiente para afetar significativamente o espaço fiscal dos PMA, pelo que alguns governos poderão dar prioridade a outras fontes de financiamento, potencialmente mais lucrativas. Em terceiro lugar, muitos PMA não têm capacidade institucional para conceber, implementar e monitorizar projetos de adaptação às mudanças climáticas e necessitam de assistência técnica para identificar projetos adequados de adaptação às mudanças climáticas, o que pode ser difícil. Em quarto lugar, o processo de negociação do DFC pode ser complexo e moroso, envolvendo várias partes interessadas, e a criação das estruturas jurídicas e financeiras necessárias pode ser dispendiosa. Por último, os DPC podem conduzir a uma redução dos fluxos de ajuda tradicionais para os PMD. Assim, uma dependência excessiva dos DPC poderia criar dependência e impedir o desenvolvimento de mecanismos de financiamento sustentáveis.

Exercício prático

Recomenda-se que o formador faça um *brainstorming* com o participante sobre o mecanismo DPC e compreenda a sua perceção do potencial de tal mecanismo para o seu país e do seu potencial para contribuir para o financiamento de ações de adaptação a nível nacional, local e setorial.

Assim, podem ser debatidas em grupo as oportunidades e os desafios da implementação das conversões de dívida-por-adaptação no vosso país?

Três (3) grandes oportunidades de conversões de dívida-por-adaptação no seu país, setor ou entidade subnacional	<ul style="list-style-type: none">▪▪▪
Três (3) desafios fundamentais para as conversões de dívida-por-adaptação, setor ou entidade subnacional	<ul style="list-style-type: none">▪▪▪

SESSÃO 3 - FINANCIAMENTO PRIVADO ADAPTAÇÃO

Diapositivos 27-35 do PowerPoint e páginas 28-37 do caderno de exercícios

Nota: Recomenda-se que o formador reveja as páginas relevantes do livro de exercícios antes de conduzir a sessão de formação.

Introdução

O financiamento da adaptação às mudanças climáticas refere-se aos mecanismos de financiamento e aos investimentos direcionados para iniciativas destinadas a reduzir a vulnerabilidade das comunidades, dos ecossistemas e das economias aos impactos das mudanças climáticas. Enquanto os esforços de mitigação se centram na redução das emissões de gases com efeito de estufa para limitar o aquecimento global, o financiamento da adaptação aborda os efeitos inevitáveis das mudanças climáticas que já se fazem sentir e que se prevêem para o futuro.

O financiamento da adaptação às mudanças climáticas é essencial para criar resiliência, reduzir a vulnerabilidade e proteger as comunidades e os ecossistemas contra os impactos das mudanças climáticas. Ao mobilizar recursos, alavancar investimentos e promover a inovação e a colaboração, o financiamento da adaptação pode ajudar a garantir um futuro sustentável e resiliente às mudanças climáticas para todos.

Esta sessão apresenta sucessivamente:

- Uma análise comparativa das finanças públicas e das finanças privadas,
- Os desafios do investimento privado na adaptação,
- Os motivos do envolvimento do setor privado na adaptação,
- Os instrumentos políticos para mobilizar o investimento do setor privado para a adaptação,
- Estudos de casos de financiamento privado da adaptação.

Aprendizagem objetivos

O objetivo de aprendizagem do Financiamento Privado da Adaptação é dotar os participantes dos conhecimentos e competências necessários para mobilizar e gerir eficazmente o financiamento do setor privado para projetos de adaptação climática. Apresenta a lógica e os motivos do envolvimento do setor privado na adaptação, os desafios ao Financiamento Privado da Adaptação, as opções para alavancar o investimento do setor privado na adaptação e também alguns estudos de caso.

Sessão pedagógica abordagem

A sessão utilizará em grande parte uma apresentação em PowerPoint que fornece gráficos e números visuais para mostrar a lógica e os desafios do financiamento privado da adaptação nos países menos desenvolvidos. A segunda parte da sessão centra-se na apresentação de vários estudos de caso de financiamento privado da adaptação através da apresentação do seu contexto, problema, solução e impacto.

Cronograma

Apresentação em PowerPoint: 30 minutos

Discussão em plenário: 15 minutos

Exercício prático (*facultativo*): 60 minutos

Orientações sobre a utilização de diapositivos

O material de apoio para estes diapositivos encontra-se na versão do livro de exercícios do curso curto 2.

Diapositivo 30: O financiamento privado da adaptação enfrenta vários obstáculos significativos.

- os projetos de adaptação têm benefícios a longo prazo, o que os torna menos atractivos para os investidores que procuram retornos a curto prazo. A previsão do retorno financeiro exato dos projetos de adaptação é um desafio devido à natureza incerta das mudanças climáticas.
- Os projetos de adaptação são frequentemente vistos como investimentos de alto risco devido à sua exposição a riscos relacionados com o clima. A cobertura de seguro limitada para riscos relacionados com o clima pode dissuadir os investidores.
- Muitas vezes há falta de dados e informações fiáveis sobre os riscos climáticos e as oportunidades de adaptação. Muitos dos benefícios da adaptação são bens públicos, o que dificulta a obtenção de retornos totais através do investimento privado.
- A falta de políticas e regulamentos de apoio pode dificultar o envolvimento do setor privado na adaptação. Os obstáculos burocráticos podem aumentar os custos e os atrasos dos projetos.
- Há uma escassez de instrumentos financeiros adaptados a projetos de adaptação. Embora os mercados de carbono possam incentivar a mitigação, muitas vezes ignoram a adaptação.
- Muitas empresas e investidores não possuem os conhecimentos e as competências necessárias para avaliar as oportunidades de adaptação. O apoio disponível é insuficiente para ajudar as empresas a desenvolver projetos de adaptação.

A resposta a estes desafios exige uma combinação de esforços dos setores público e privado, incluindo reformas políticas, estratégias de mitigação dos riscos, instrumentos financeiros inovadores e iniciativas de reforço das capacidades.

Diapositivos 33 e 34: Reserve algum tempo para desmistificar a contribuição do setor privado para o financiamento da adaptação. Insista no facto de que a contribuição do setor privado para o financiamento da adaptação é significativa e preenche uma lacuna crítica no financiamento do custo total da adaptação às mudanças climáticas. Explicar como a redução do risco das oportunidades de adaptação é crucial para atrair o investimento privado, partilhando alguns casos práticos de redução do risco financeiro, redução do risco político, desenvolvimento de conhecimentos e capacidades e desenvolvimento do mercado.

	Avaliação comparativa
Redução do risco financeiro	<ul style="list-style-type: none"> ● As garantias governamentais ou institucionais podem mitigar os riscos de investimento. ● Os produtos de seguros climáticos podem proteger contra perdas devidas a fenómenos relacionados com o clima. ● A combinação de capitais públicos e privados pode reduzir o risco para os investidores. ● A distribuição do risco por várias partes pode tornar os investimentos mais atractivos.
Política de redução de riscos	<ul style="list-style-type: none"> ● Políticas claras e estáveis podem reduzir a incerteza para os investidores. ● Os benefícios fiscais, subsídios ou subvenções podem incentivar a participação do setor privado. ● A racionalização dos procedimentos administrativos pode reduzir os prazos e os custos dos projetos.
Reforço dos conhecimentos e das capacidades	<ul style="list-style-type: none"> ● A prestação de apoio ao desenvolvimento e à execução de projetos pode aumentar a confiança dos investidores. ● A melhoria da disponibilidade de dados sobre os riscos climáticos e as oportunidades de adaptação pode reduzir a incerteza. ● A formação de investidores e promotores de projetos em matéria de adaptação às mudanças climáticas pode aumentar as suas competências.
Desenvolvimento do mercado	<ul style="list-style-type: none"> ● O desenvolvimento de estruturas de projeto normalizadas pode facilitar o investimento. ● A criação de plataformas para ligar os investidores a projetos adequados pode melhorar a eficiência. ● O estabelecimento de métricas claras para medir o impacto da adaptação pode aumentar a confiança dos investidores.

Como exemplos de redução de riscos na ação climática, o Fundo Verde para o Clima concede subvenções, empréstimos e investimentos de capital para apoiar projetos climáticos. A Capacidade Africana de Risco (CAR) oferece seguros de risco soberano contra fenómenos meteorológicos extremos. A Iniciativa Obrigações Climáticas desenvolve normas para as obrigações verdes, a fim de atrair investidores preocupados com o clima.

Exercício prático

Responder individualmente ou em grupo às três perguntas seguintes

Perguntas	Respostas
1. Na sua opinião, quais são os desafios que se colocam à mobilização do investimento privado para a adaptação às mudanças climáticas no seu país e/ou no seu setor?	<ul style="list-style-type: none">▪▪▪
2. O que deve ser feito, por quem, para envolver o setor privado no financiamento da adaptação às mudanças climáticas?	<ul style="list-style-type: none">▪▪▪
3. Quais são os pontos de entrada?	<ul style="list-style-type: none">▪▪▪

SESSÃO 4 - MECANISMOS DO MERCADO DO CARBONO PARA O FINANCIAMENTO DA ADAPTAÇÃO

Diapositivos 36-45 do PowerPoint e páginas 38-47 do caderno de exercícios

Nota: Recomenda-se que o formador reveja as páginas relevantes do livro de exercícios antes de conduzir a sessão de formação.

Introdução

A história dos mercados de carbono remonta ao final do século XX, quando as preocupações com as mudanças climáticas e o aquecimento global começaram a ganhar proeminência na cena internacional. Em 1997, o Protocolo de Quioto, negociado como uma extensão da CQNUMC, estabelece objetivos de redução de emissões juridicamente vinculativos para os países desenvolvidos (conhecidos como países do Anexo I) e introduz três mecanismos flexíveis para ajudar estes países a atingir os seus objetivos: Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), Implementação Conjunta (IC) e Comércio de Emissões.

Em 2005, foi lançado o regime de comércio de licenças de emissão da União Europeia (RCLE-UE), que se tornou o primeiro grande mercado de carbono do mundo. O RCLE-UE abrange vários setores, incluindo a produção de energia, a indústria transobjetivosa e a aviação, e funciona com base num sistema de limitação e comércio de emissões. No mesmo ano, o Protocolo de Quioto entrou em vigor, estabelecendo o primeiro quadro internacional para o comércio de carbono ao abrigo dos seus mecanismos flexíveis (MDL, IC e Comércio de Emissões).

Em 2015, o Acordo de Paris foi adotado na 21.ª Conferência das Partes (COP21) da CQNUMC e, ao contrário do Protocolo de Quioto, o Acordo de Paris pretende ser um quadro mais inclusivo e flexível para fazer face às mudanças climáticas, com objetivos voluntários de redução das emissões fixados por cada país.

Nos últimos anos, os mercados de carbono continuam a evoluir, com o surgimento de novas iniciativas a nível nacional, regional e internacional. Na prática, são envidados esforços para aumentar a transparência, a integridade e a ambição dos mecanismos de comércio de carbono, a fim de os alinhar com os objetivos do Acordo de Paris. É agora aceite pela grande maioria que os mercados de carbono têm desempenhado um papel crucial no incentivo à redução das emissões, na promoção de tecnologias limpas e na mobilização de financiamento para os esforços de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Esta sessão, baseada na evolução recente dos mercados de carbono, apresenta:

- A definição dos conceitos relacionados com os mercados de carbono.
- A compreensão do funcionamento do mercado do carbono.
- O estado e as tendências dos mercados de carbono.

- Os mecanismos do mercado do carbono para o financiamento da adaptação.
- Os desafios da aplicação dos mecanismos de mercado nos países menos desenvolvidos.

Aprendizagem objetivos

O objetivo de aprendizagem dos mecanismos do mercado de carbono para a sessão de financiamento da adaptação gira em torno da compreensão de como os mecanismos de mercado podem apoiar os esforços de adaptação em resposta aos impactos das mudanças climáticas. No final da sessão, os participantes reforçarão as suas capacidades de compreensão dos mercados de carbono, aprenderão como os mecanismos do mercado de carbono podem contribuir para o financiamento da adaptação e compreenderão as implicações políticas da utilização dos mecanismos do mercado de carbono para o financiamento da adaptação, incluindo considerações relacionadas com a equidade, a transparência e a governação.

Sessão pedagógica abordagem

A sessão terá início com um brainstorming sobre uma questão simples:

O QUE É QUE ENTENDE POR MECANISMOS DO MERCADO DE CARBONO?

Depois, o formador deve dedicar algum tempo a explicar como funciona o mercado de carbono, o estado e as tendências dos mercados de carbono,



Mecanismos do mercado do carbono para o financiamento da adaptação e os desafios da aplicação dos mecanismos de mercado nos países menos desenvolvidos.

Cronogram

Apresentação em PowerPoint: 30 minutos

Discussão em plenário: 15 minutos

Exercício prático (*facultativo*): 60 minutos

Orientações sobre a utilização de slides

O material de apoio para estes diapositivos encontra-se na versão do livro de exercícios do curso breve 2.

Diapositivo 37-42: O mercado de carbono funciona como uma plataforma para a transação de **créditos de carbono**, que funcionam essencialmente como licenças para emitir uma determinada quantidade de gases com efeito de estufa (GEE), normalmente uma tonelada de dióxido de carbono equivalente.

Em geral, um mercado de carbono funciona da seguinte forma:

- a) **Estabelecer um limite máximo:** Um organismo regulador, frequentemente um governo ou uma organização internacional, estabelece um limite (ou teto) para a quantidade total de emissões de gases com efeito de estufa permitidas

numa determinada jurisdição, setor ou grupo de participantes. Este limite é normalmente fixado para diminuir gradualmente ao longo do tempo, a fim de incentivar a redução das emissões.

- b) **Atribuição de licenças de carbono:** No âmbito do sistema cap-and-trade, a entidade reguladora atribui ou leiloa um número específico de licenças de carbono a entidades reguladas, tais como instalações industriais, centrais eléctricas ou companhias aéreas. Cada licença representa o direito de emitir uma tonelada métrica de dióxido de carbono ou o seu equivalente (CO₂e) para a atmosfera.
- c) **Comércio de licenças de carbono:** As entidades regulamentadas são obrigadas a deter um número suficiente de licenças para cobrir as suas emissões. Se uma empresa emitir menos do que as licenças que lhe foram atribuídas, pode vender as licenças em excesso no mercado de carbono a outras entidades que delas necessitem para cumprir o limite. Isto cria um mercado em que o preço das licenças é determinado pela dinâmica da oferta e da procura.
- d) **Cumprimento e sanções:** As entidades que não devolvem licenças suficientes para cobrir as suas emissões estão sujeitas a sanções ou multas. Em contrapartida, as entidades que reduzem as emissões abaixo das licenças que lhes foram atribuídas podem lucrar com a venda das licenças excedentárias.
- e) **Compensações de carbono:** Para além da negociação de licenças, os participantes podem também investir em projetos de compensação de carbono. Estes projetos visam reduzir ou eliminar as emissões de gases com efeito de estufa noutros locais, por exemplo, através de reflorestação, projetos de energias renováveis ou iniciativas de captura de metano. Os participantes recebem créditos de compensação de carbono para estes projetos, que podem utilizar para cumprir as suas obrigações de emissões ou vender no mercado de carbono.
- f) **Verificação e Monitorização:** Para garantir a credibilidade e a integridade do sistema, os créditos de carbono e os projetos de compensação estão sujeitos a rigorosos processos de verificação e monitorização. Organizações independentes de terceiros avaliam e verificam se as reduções de emissões são reais, adicionais, permanentes e verificáveis.
- g) **Mercados voluntários vs. obrigatórios:** Os mercados de carbono podem ser voluntários ou obrigatórios. Os mercados obrigatórios são estabelecidos através de regulamentos governamentais, enquanto os mercados voluntários funcionam com base nos compromissos voluntários das empresas para reduzir as emissões ou no desejo dos indivíduos de compensar a sua pegada de carbono.

Diapositivo 43: A participação dos países menos avançados (PMA) nos mercados de carbono é uma questão complexa, com oportunidades e desafios.

- Atualmente, os PMA têm uma participação limitada nos mercados de carbono de conformidade estabelecidos devido a vários fatores. Estes incluem:
- A criação e gestão de um sistema de fixação de preços do carbono exige instituições sólidas e conhecimentos técnicos especializados, que podem faltar em alguns PMA.
- Os PMA estão frequentemente mais centrados na adaptação aos impactos das mudanças climáticas do que nos esforços de mitigação através dos mercados de carbono.
- Os dados fiáveis sobre as emissões e os potenciais de redução das emissões são muitas vezes escassos nos PMA, o que dificulta a conceção e a aplicação de regimes eficazes de tarifação do carbono.

Exercício prático

Tendo em conta os desafios na implementação de mecanismos de mercado nos PMA apresentados durante a formação, realize uma avaliação da relevância de cada desafio identificado no contexto do seu país ou setor ou entidade subnacional. Recomendar uma solução para enfrentar o desafio mais relevante avaliado.

Desafios	Avaliações					Recomendação de solução (se aplicada)
	1	2	3	4	5	
Falta de infraestruturas						
Falta de capacidade técnica						
Investimentos financeiros limitados						
Lacuna(s) nos quadros regulamentares e na capacidade institucional						
Dimensão de mercado relativamente pequena						

SESSÃO 5 - FINANCIAMENTO SUBNACIONAIS CLIMA AÇÕES DE ADAPTAÇÃO

Diapositivos 44-48 do PowerPoint e páginas 48-60 do caderno de exercícios

Nota: Recomenda-se que o formador reveja as páginas relevantes do livro de exercícios antes de conduzir a sessão de formação.

Introdução e justificação

A justificação para o financiamento subnacional da adaptação reside no papel único e crucial que os governos locais e regionais desempenham na resposta aos impactos das mudanças climáticas e no reforço da resiliência. De facto, os impactos das mudanças climáticas são muitas vezes sentidos de forma mais aguda a nível local, com regiões específicas a enfrentarem desafios distintos, como a subida do nível do mar, fenómenos meteorológicos extremos e mudanças na produtividade agrícola. As entidades subnacionais estão mais bem posicionadas para compreender e enfrentar estes impactos localizados. Além disso, os governos subnacionais estão mais próximos das comunidades mais vulneráveis às mudanças climáticas e podem colaborar mais eficazmente com essas populações, compreender as suas necessidades e aplicar medidas de adaptação adaptadas que respondam diretamente às vulnerabilidades locais.

Um financiamento eficaz a nível subnacional é crucial para traduzir os planos nacionais de adaptação às mudanças climáticas em ações concretas no terreno. As entidades subnacionais, incluindo as cidades e os municípios, servem muitas vezes de incubadoras de estratégias de adaptação inovadoras e podem testar novas abordagens e tecnologias que, se forem bem sucedidas, podem ser alargadas ou reproduzidas noutras regiões. Além disso, as estruturas de governação descentralizadas permitem processos de tomada de decisão mais flexíveis e reactivos. Os governos subnacionais podem adaptar-se mais rapidamente à evolução das condições e às necessidades emergentes do que os sistemas mais centralizados. Além disso, os governos subnacionais podem atrair investimentos de parceiros do setor privado e de doadores internacionais especificamente interessados em projetos de adaptação local.

Por último, a concentração no financiamento subnacional da adaptação pode aumentar a eficácia e a pertinência dos esforços de adaptação às mudanças climáticas, assegurando que são ações de adaptação específicas ao contexto, inclusivas e que respondem aos desafios únicos enfrentados pelas comunidades locais.

O sistema atual apresenta custos elevados, uma vez que o financiamento flui através de intermediários, juntamente com requisitos de conformidade cada vez maiores, em comparação com o financiamento de ações/respostas climáticas diretamente através de fundos locais através do mecanismo de Financiamento Descentralizado para o Clima (FDC) (figura seguinte), que é um modelo inovador para investir a nível local nos países em desenvolvimento e construir meios de subsistência sustentáveis e resistentes ao clima.

Objetivo de aprendizagem

O objetivo de aprendizagem desta sessão sobre o financiamento de ações subnacionais de adaptação às mudanças climáticas irá dotar os participantes dos conhecimentos e competências necessários para compreender, planear e implementar estratégias de financiamento eficazes para iniciativas subnacionais de adaptação às mudanças climáticas. No final da sessão, os participantes estarão mais bem equipados para navegar no complexo cenário do financiamento de ações subnacionais de adaptação climática e contribuir para a construção de comunidades resistentes ao clima e impulsionar o desenvolvimento sustentável.

Abordagem pedagógica da sessão

A sessão utilizará, em grande medida, uma apresentação em PowerPoint, através de gráficos e figuras visuais, para explicar os fundamentos e os obstáculos ao financiamento subnacional da adaptação, os estudos de caso e os ensinamentos retirados do *Devolved Climate Finance (DCF)* e um resultado de avaliação comparativa dos mecanismos subnacionais de financiamento do clima para os PMA.

Cronograma

Apresentação em PowerPoint: 30 minutos

Discussão em plenário: 15 minutos

Exercício prático (*facultativo*): 60 minutos

Orientações sobre a utilização de diapositivos

O material de apoio para estes diapositivos encontra-se na versão do livro de exercícios do curso curto 2.

Diapositivos 46-48: Esta sessão do curso centra-se na lógica, oportunidades e barreiras ao financiamento subnacional da adaptação no contexto dos PMA. No topo dos mecanismos apresentados no livro de exercícios, pede-se ao formador que explore e partilhe outros instrumentos existentes a nível nacional ou local.

Os governos subnacionais estão na linha da frente dos impactos das mudanças climáticas. Possuem um conhecimento profundo das vulnerabilidades locais e têm a capacidade de implementar soluções adaptadas. Assim, o financiamento subnacional da adaptação às mudanças climáticas é crucial por várias razões. Os governos subnacionais têm um conhecimento em primeira mão dos riscos climáticos locais, das vulnerabilidades e das necessidades de adaptação. Podem colaborar efetivamente com as comunidades para identificar prioridades e implementar soluções. Além disso, processos de tomada de decisão mais curtos conduzem frequentemente a uma execução mais rápida dos projetos, e o financiamento subnacional pode ajudar a resolver as desigualdades regionais em termos de vulnerabilidade climática e capacidade de adaptação. Pode apoiar iniciativas que beneficiem grupos marginalizados, frequentemente negligenciados no planeamento a nível nacional. Além disso, os governos subnacionais podem servir como laboratórios para testar estratégias de adaptação inovadoras, e as iniciativas locais bem sucedidas podem ser alargadas aos níveis nacional ou regional.

O formador deve considerar destacar os mecanismos existentes para ações climáticas subnacionais no livro de trabalho. Existem também mecanismos inovadores que estão a surgir para apoiar a adaptação subnacional. Estes incluem: (i) **Subsídios baseados no desempenho:** Estas subvenções recompensam as entidades subnacionais dos PMD por atingirem objetivos climáticos específicos, como a redução das emissões ou o aumento da resiliência climática. (ii) **Obrigações climáticas para entidades subnacionais:** Trata-se de uma área emergente em que os governos subnacionais dos PMA podem emitir obrigações para angariar capital para projetos climáticos. No entanto, a capacidade institucional e a fiabilidade creditícia podem constituir desafios.

O formador deve também considerar o mapeamento e a partilha dos mecanismos existentes e dos níveis nacional

e local.

Exercício prático 5

Cenário

Imagine que é consultor político de uma cidade de média dimensão (cerca de 500.000 habitantes) situada numa região costeira cada vez mais afetada pelas mudanças climáticas. A cidade está a sofrer inundações mais frequentes e graves, ondas de calor e erosão costeira. A sua tarefa é desenvolver uma proposta para apoiar as medidas de adaptação da cidade.

Objetivos

1. Identificar os riscos climáticos e as vulnerabilidades específicas da cidade.
2. Conceber uma cadeia de impactos climáticos (destacando os impactos potenciais de primeira e segunda ordem).
3. Propor medidas de adaptação específicas.
4. Elaborar um orçamento para as medidas de adaptação propostas.
5. Identificar potenciais fontes de financiamento.
6. Definir uma estratégia para obter os fundos necessários.